

EDITAL

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS-PR, instituída pela Lei n.º 17.959/14, CNPJ n.º 24.039.073/0001-55, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 078/2019 TIPO: MENOR PREÇO AMPLA CONCORRÊNCIA	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 00 min do dia 06/08/2019 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 15 min do dia 06/08/2019 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA, OBJETIVANDO O LEVANTAMENTO DOS DADOS OPERACIONAIS, PATRIMONIAIS, FINANCEIROS, ECONÔMICOS E FINALÍSTICOS, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019, para atender a demanda da FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 348.000,00 (Trezentos e quarenta e oito mil reais).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: XXXXXXXX
Elemento da despesa: XXXXXXXX
Fonte: 100

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado através do sistema eletrônico de licitações do Banco do Brasil. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.licitacoes-e.com.br. O edital está disponível na *internet*, nas páginas www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) MAURO MAZEPA GONÇALVES e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 040/2019, servidores do(a) FUNEDS.

E-mail: cplfunes@funes.pr.gov.br

Telefones: 1-3350-7427

Endereço: Avenida João Gualberto, nº 1881, 17º andar – Juvevê – CEP 80030-001, Curitiba-Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**5.1 ESCLARECIMENTOS:**

Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos e providências, que deverão ser feitos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão, em campo específico no site www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados.

5.2 IMPUGNAÇÕES:

Qualquer cidadão ou licitante poderá impugnar o ato convocatório até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, em campo específico no email cplfuneas@funeas.pr.gov.br, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 01 (um) dia útil e comunicar sua decisão pelo mesmo meio eletrônico.

5.3 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser:

- Enviadas por meio eletrônico cplfuneas@funeas.pr.gov.br, observando as regras dispostas no item 8 das Condições Gerais do Pregão;
- Protocoladas no protocolo do(a) FUNEDS – FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ, localizado(a) no(a) Avenida João Gualberto, nº 1881, 17º andar – Juvevê – CEP 80030-001, Curitiba-Paraná. **O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.**

5.4 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados com o servidor responsável pela condução do pregão.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

A licitação será regida pela Lei Estadual nº 15.608/2007, pelo Decreto Estadual nº 2.474/2015, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993, demais leis estaduais e federais e decretos sobre licitações, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Não será admitida proposta acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2 CRITÉRIO DE DISPUTA:

Na fase de disputa, o critério no sistema de compras eletrônicas é o **VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE**, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Os valores que permanecerem acima do (s) valor (es) unitário (s) máximo (s) do (s) lote (s), nesta fase, serão desclassificados.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverão constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital, qual seja de 90 (noventa) dias.

4 VIGÊNCIA:

O Contrato terá vigência pelo prazo de 06 (SEIS) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 103 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

5 GARANTIA:

Não será exigida garantia da execução do Contrato.

6 CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

7 ANEXOS

Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II – Documentos de Habilitação;
Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
Anexo IV – Modelo de Procuração;
Anexo V - Modelo de Declaração;
Anexo VI - Local(is) da Prestação dos Serviços;
Anexo VII – Minuta de Contrato.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1 O pregão será realizado por meio da *internet*, através do sistema eletrônico do Banco do Brasil, na página www.licitacoes-e.com.br.
- 1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema eletrônico do Banco do Brasil.
- 1.3 O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 48 da Lei Estadual nº 15.608/2007.
- 1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema eletrônico do Banco do Brasil, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.licitacoes-e.com.br ou no portal www.bb.com.br ou, ainda, através dos telefones 3003-0500 para Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800-729-0500 para demais localidades (suporte técnico).
- 1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico do Banco do Brasil implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da licitação pessoas físicas ou jurídicas com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema eletrônico do Banco do Brasil, obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A.
- 2.3 Recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR), por intermédio do portal de compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos termos do Decreto Estadual n.º 9.762/2013.
- 2.4 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
- 2.4.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 2.4.2 estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária em âmbito estadual;
- 2.4.3 estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar, aplicada no âmbito estadual, com base no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- 2.4.4 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme itens 2.4.1 e 2.4.2, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 2.4.5 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.4.3;

2.4.6 não funcionem no País, se encontrem sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.4.7 um de seus sócios ou administradores seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente público pertencente aos quadros do Governo do Estado do Paraná;

2.4.8 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.4.8.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.5 A participação nesta licitação implica a aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.6 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.7 O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada através de formulário eletrônico no sistema eletrônico no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

4 A SESSÃO PÚBLICA

4.1 No dia e horário previstos no edital, terá início a sessão pública na *internet*, com a divulgação das propostas de preço.

4.1.1 Os licitantes participarão da sessão pública com o uso da chave de acesso e senha do sistema eletrônico do Banco do Brasil.

4.2 O pregoeiro avaliará e desclassificará as propostas que não estejam de acordo com os requisitos do edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

4.2.1 As propostas deverão ser ofertadas conforme critério de disputa estabelecido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

4.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.3 Classificadas as propostas, os licitantes poderão ofertar lances através do sistema eletrônico.

4.3.1 A cada lance ofertado, os licitantes conectados ao sistema serão informados em tempo real do recebimento, horário de registro e valor, sem identificação do autor do lance.

4.3.2 Não serão aceitos lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro registrado.

4.3.3 Os licitantes poderão ofertar lance com valor superior aos lances registrados, desde que inferior ao seu próprio lance anterior.

4.3.4 O pregoeiro encerrará o tempo normal de disputa mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente, a partir do qual correrá prazo de até trinta minutos (tempo randômico) para o encerramento da recepção de lances.

4.3.5 Encerrada a fase competitiva, o pregoeiro, se for o caso previsto no item 7 deste edital, convocará, sucessivamente, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada para que, no prazo decadencial de cinco minutos, ofereça lance de preço inferior ao do primeiro colocado.

4.3.6 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro, sempre que possível, encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento.

4.3.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.4 Encerrada a disputa, o arrematante entregará, no prazo de 02 (dois) dias úteis, os documentos mencionados nos itens 4.4.1 a 4.4.4, para o seguinte endereço:

Rua: Avenida João Gualberto, nº 1881, 17º andar

Bairro: Juvevê

Cidade: Curitiba-Paraná

CEP: 80030-001

Aos cuidados: Comissão Permanente de Licitações

4.4.1 Os documentos de habilitação (Anexo II);

4.4.2 O descritivo da proposta (Anexo III);

4.4.3 A procuração, quando for o caso, e identificação (RG) do representante do licitante no pregão (Anexo IV);

4.4.4 As declarações do Anexo V.

4.5 Recebidos os documentos, o pregoeiro examinará o descritivo das propostas e as condições de habilitação do arrematante.

4.6 Se a proposta não for aceitável ou não forem atendidas as condições de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

4.7 Constatando-se o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro declarará o vencedor.

4.8 No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, e permanecendo o mesmo acessível aos licitantes, a etapa terá continuidade para a recepção de lances, devendo o pregoeiro, assim que for possível, retomar sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.8.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício no dia e horário previamente fixados no sistema eletrônico.

5 O JULGAMENTO

5.1 As propostas que atenderem as especificações do Edital serão classificadas de acordo com o menor preço.

5.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital, com preço(s) em desacordo com o critério de aceitabilidade fixado no Edital ou com preço(s) manifestamente inexequível(is), comparado(s) aos preços de mercado.

5.2.1 Não serão aceitas as propostas acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

5.2.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.2.2.1 A Administração poderá determinar que o licitante demonstre, por meio de planilhas, que os preços constantes de sua proposta estão fundamentados nos custos de mercado dos insumos e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto a ser contratado.

5.3 Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, às microempresas e empresas de pequeno porte, que declararem e comprovarem regularmente essa condição.

5.3.1 Decairá do direito aos benefícios de que trata o item 5.3 a licitante que não se identificar como microempresa ou empresa de pequeno porte no campo próprio do sistema de compras eletrônicas.

5.4 Nos termos do Decreto Estadual nº 2.474/2015, para a contratação de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248/1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º.

5.4.1 Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248/1991 e do Decreto Estadual nº 2.474/2015, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6 DESCRITIVO DA PROPOSTA

6.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado ou com o carimbo do CNPJ, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido no edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo da licitante, a descrição do serviço ofertado para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

6.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

6.1.2 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

6.1.3 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

7 DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1 Deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

7.2 Em relação à disputa dos lotes, será considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.1 Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.2.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.2.3 Não ocorrendo a arrematação do lote pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma dos itens anteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate prevista do item 7.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação de empate prevista do item 7.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5 Não existindo a situação de empate prevista do item 7.2, o licitante originalmente classificado em primeiro lugar será declarado arrematante do lote.

7.2.6 O disposto no item 7.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8 OS RECURSOS

8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar motivadamente a intenção de recorrer, tendo o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, fisicamente ou por meio eletrônico.

8.1.1 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 03 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, fisicamente ou por meio eletrônico.

8.1.2 Caso os licitantes optem pelo envio das razões de recurso e contrarrazões por meio eletrônico, terão até 3 (três) dias úteis para o envio postal do documento original com o mesmo teor, contados após o respectivo envio do documento eletronicamente, sob pena de não conhecimento do recurso.

8.1.2.1 A cópia do comprovante do envio postal deverá ser encaminhado, no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, para o endereço eletrônico indicado neste edital, sob pena de não conhecimento do recurso.

8.1.3 Caso as razões de recurso ou as contrarrazões estejam assinadas digitalmente, assim como os seus anexos, será dispensada a apresentação do documento físico, após a devida verificação de autenticidade, que será juntada ao processo licitatório.

8.1.4 Na hipótese do item 8.1.2 os licitantes poderão, também, realizar o protocolo físico do original, no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, no endereço indicado neste edital.

8.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, e a não apresentação das razões do recurso no prazo fixado, implicarão na decadência do direito de interposição do recurso.

8.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pela licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

8.4 O processo licitatório poderá ser consultado por qualquer interessado no endereço informado no edital.

8.5 O provimento de qualquer recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 Examinada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o objeto será adjudicado pelo pregoeiro e o procedimento licitatório será encaminhado à autoridade competente para homologação.

9.2 Caso haja recurso, quando mantida a decisão pelo pregoeiro, caberá à autoridade superior a adjudicação do objeto licitado.

9.3 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto for dividido em lotes.

10 CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

10.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

10.2 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.3 Antes da assinatura do Contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466/2015.

10.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

10.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá convocar o(s) licitante(s) seguinte(s) na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.

10.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

10.6 Os serviços, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão realizados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste Edital.

10.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.8 Antes de cada pagamento, o Contratante deverá realizar consulta ao Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste Edital.

11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.

11.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

11.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;

b) não mantiver sua proposta;

c) apresentar declaração falsa;

d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

11.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar o Contrato;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

11.6 Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 11.7.

11.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do Contrato.

11.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do Contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

11.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 12.529/2011;
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

11.10 O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses previstas no item 11.9;
- h) cometer fraude fiscal.

11.11 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 11.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

11.12 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

11.13 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;

- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

11.14 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal n.º 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.15 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

11.16 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

12.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

12.3 É facultado ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

12.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará na desclassificação ou inabilitação do licitante.

12.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

12.7 Os documentos deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do órgão que promove a licitação, por publicação em órgão de imprensa oficial ou, ainda, por cópia acompanhada do respectivo original. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

12.8 O pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

12.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por razões de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 91 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

12.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, XX de XXXXXX de 20XX.

Helder Luiz Lazarotto
Diretor Administrativo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Auditoria, objetivando o levantamento dos dados operacionais, patrimoniais, financeiros, econômicos e finalísticos, referente aos exercícios de 2016 até o primeiro semestre de 2019 para atender a demanda da FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS e unidades sob sua gestão, conforme especificações da planilha abaixo:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor anual/Total
Item 1	SERVIÇO DE AUDITORIA, OBJETIVANDO O LEVANTAMENTO DOS DADOS OPERACIONAIS, PATRIMONIAIS, FINANCEIROS, ECONÔMICOS E FINALÍSTICOS, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2016 ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019	01	R\$ 348.000,00	R\$348.000,00

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 realizar a análise dos dados informados nos Sistemas SEI-CED – Sistema estadual de informações / captação eletrônica de dados e SIT – sistema integrado de transferência do Tribunal de Contas do Paraná, verificando a qualidade dos dados e, em especial: os dados cadastrais, órgãos de gestão e integrantes, transcrição do estatuto e regimento interno, demonstrativos financeiros (análise vertical e horizontal e despesas em consonância com as atividades da entidade), fontes de recursos e relatório de atividades (verificar vinculação com as finalidades da entidade);

1.2.2 verificar se ocorreram alterações estatutárias e se foram aprovadas pelo Conselho Curador, podendo, para tanto, solicitar documentos junto aos Cartórios competentes;

1.2.3 analisar as disposições do estatuto vigente no período sob análise, principalmente quanto às finalidades, o patrimônio e a administração da FUNEAS;

1.2.4 realizar leitura das atas de reuniões do Conselho Curador, e da Diretoria Executiva, analisando, principalmente, se houve aprovação das contas e eventuais ressalvas pelo Conselho competente, bem como se houve deliberações com implicações patrimoniais, finalísticas ou administrativas;

1.2.5 realizar a leitura dos relatórios de auditorias anteriores verificando a regularidade das prestações de contas dos exercícios e em caso de irregularidades, avaliar as pendências;

1.2.6 se necessário, solicitar à FUNEAS o fornecimento de dados adicionais;

1.2.7 definir o critério e a extensão da amostra de operações a serem verificadas/testadas;

GESTÃO

1.2.8 verificar se os membros do Conselho Curador, e da Diretoria Executiva foram devidamente eleitos, ou seja, se foram obedecidas as formalidades estatutárias nas eleições, se o número de membros e seus respectivos mandatos são os estabelecidos no estatuto;

1.2.9 verificar se há acúmulo de cargos que possam implicar em potencial conflito de interesses – segregação de função;

ASPECTOS CONTÁBEIS

1.2.10 verificar se são escriturados os livros Diário e Razão, observando as formalidades extrínsecas e intrínsecas, em específico se o registro em cartório ocorreu tempestivamente (prazo legal ou estatutário) e se os mesmos estão assinados pelo representante legal da entidade e por Contador devidamente registrado em CRC;

1.2.11 Verificar se foram observados os princípios de contabilidade na escrituração;

1.2.12 verificar se foram elaboradas as demonstrações contábeis obrigatórias dos exercícios em análise;

1.2.13 analisar se o plano de contas da entidade contém contas adaptadas às fundações, de acordo com orientações do Conselho Federal de Contabilidade (NBC T 10.4 e Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social do CFC);

1.2.14 verificar se estão sendo constituídas provisões para passivos fiscais, trabalhistas e contingenciais;

1.2.15 verificar se as transações analisadas estão suportadas por documentação hábil ou estimativas fundamentadas;

1.2.16 verificar se foram elaboradas as notas explicativas;

1.2.17 verificar se a demonstração de resultado evidencia, de forma segregada, as contas de receitas e despesas por tipo de atividade

ASPECTOS PATRIMONIAIS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

1.2.18 avaliar o controle interno da entidade; se existem e se possuem falhas, efetuando sugestões de melhorias;

1.2.19 visitar e avaliar os principais Departamentos da entidade, bem como os Hospitais vinculados;

1.2.20 Analisar as contas bancárias, normais e as atípicas;

1.2.21- verificar se os saldos e transações constantes nos extratos bancários conferem com os escriturados, bem como se os documentos de movimentação financeira foram assinados ou autorizados conforme previsão estatutária;

1.2.22 analisar as contas a pagar, promovendo circularizações, verificando se foram constituídas contabilmente

1.2.23 realizar contagem física dos estoques, bem como analisar o processo de compra e recebimento de bens, se existe segregação de funções e o suporte documental fiscal, bem como verificar se há controle de estoques (entrada e saída);

1.2.24 realizar cotações de mercado a fim de constatar se os valores pagos pelos itens dos estoques são compatíveis com os valores de mercado;

1.2.25 Imobilizado

1.2.26 verificar se a entidade possui controle/sistema de inventário específico para o imobilizado;

1.2.27 verificar se o imobilizado da fundação foi devidamente identificado, quando da inspeção física;

1.2.28 conferir se as depreciações, amortizações e exaustões foram realizadas, se estão corretos seus cálculos e se as taxas se fundamentam na vida útil econômica do bem;

1.2.29 verificar se há alienações e baixas do imobilizado, e havendo se foram devidamente autorizadas pelo Conselho Curador;

1.2.30 realizar cotações de mercado a fim de constatar se os valores pagos pelo imobilizado são justos;

1.2.31 verificar se é preenchido termo de responsabilidade de guarda de imobilizado pelos responsáveis;

- 1.2.32** analisar as contas a pagar, incluindo fornecedores;
- 1.2.33** analisar empréstimos contraídos, se houver, averiguando motivo da contratação, entrada efetiva no caixa da entidade, quem emprestou os recursos e se as taxas pactuadas estão razoáveis; e o destino dos valores;
- 1.2.34** Patrimônio Social Líquido.
- 1.2.35** verificar se a dotação inicial foi devidamente contabilizada e se houve alteração de forma regular;
- 1.2.36** Verificar se as doações para fins patrimoniais foram registradas em conta do patrimônio social líquido;
- 1.2.37** em caso de doações patrimoniais com encargos, verificar se houve autorização do Conselho Curador;
- 1.2.38** Verificar contas de ajustes de exercícios anteriores;
- 1.2.39** Receitas
- 1.2.40** se forem receitas originadas de doações, analisar se correspondem a receitas destinadas ao custeio e se existem termos de doações onde são identificados os doadores e demais características da doação;
- 1.2.41** se forem receitas originadas de recursos públicos, analisar se os termos de convênios, contratos ou outros instrumentos firmados foram cumpridos e se estão de acordo com os princípios da administração pública;
- 1.2.42** realizar testes no sentido de constatar se os sistemas de controle interno do faturamento da entidade são eficientes, eficazes e íntegros para registrar todas as vendas e serviços prestados;
- 1.2.43** em caso de doações para custeio com encargos, verificar se houve autorização do Conselho Curador;
- 1.2.44 Verificar se todas as receitas foram efetivamente incorporadas aos “cofres” da FUNEAS;
- 1.2.45 Despesas
- 1.2.46** analisar se as despesas realizadas se identificam com as finalidades estatutárias e se há evidências da efetiva contraprestação;
- 1.2.47** verificar se as despesas estão devidamente suportadas por documentação hábil (Nota Fiscal, RPA, Contrato, etc.);
- 1.2.48** verificar se estão sendo repassados recursos para outras pessoas jurídicas em forma de doações ou convênios;
- 1.2.49** aplicar procedimentos aprofundados em contratação de serviços profissionais prestados por pessoas físicas ou jurídicas, analisando: efetiva contraprestação dos serviços, valor de mercado, impessoalidade da contratação, dentre outros pontos;
- 1.2.50 Verificar se os pagamentos a autônomos estão sendo realizados através de RPA.
- 1.2.51** Verificar se os medicamentos e materiais médicos estão sendo usados corretamente, com o controle de entrada e saída; e se há o controle de validade dos mesmos, com a priorização do uso dos mais antigos prestes a vencer

ASPECTOS FISCAIS

- 1.2.52 conferir se foi entregue a DIPJ, e, quando aplicável, as DACTON, DIRF, DCTF, DCOMP;
- 1.2.53** conferir recolhimento do IRRF, tanto de pagamentos realizados a pessoas jurídicas quanto a pessoas físicas (ver tabela do IR);
- 1.2.54** verificar retenção e recolhimento na fonte da CSLL, PIS/PASEP, COFINS de prestadores de serviços;
- 1.2.55** verificar o recolhimento do INSS sobre cessão de mão de obra e de empreitada sobre o valor bruto da nota fiscal;
- 1.2.56** verificar recolhimento do encargo patronal;

1.2.57 conferir se foi retido e repassado ao INSS a contribuição previdenciária retida dos contribuintes individuais;

ASPECTOS TRABALHISTAS

1.2.58 verificar se foi entregue a RAIS, negativa ou positiva;

1.2.59 averiguar se foi entregue o CAGED, quando a fundação tenha efetuado qualquer tipo de movimentação em seu quadro de empregados(admissão e demissão);

1.2.60 verificar se foi retido e recolhido IRRF dos empregados;

1.2.61 verificar se foi recolhido INSS dos empregados;

1.2.62 verificar se foi recolhido INSS patronal e encargos de terceiros, caso a entidade não tenha isenção da contribuição previdenciária;

1.2.63 verificar se a entidade possui livro ou sistema de registro de empregados devidamente atualizado;

1.2.64 verificar o sistema de ponto;

1.2.65 conferir os cálculos e recolhimento do FGTS e PIS s/folha de pagamento;

1.2.66 verificar a concessão de vale transporte;

1.2.67 verificar a existência de acordo ou dissídio coletivo e seu cumprimento;

1.2.68 conferir cálculos do registro mensal do 13º salário a pagar e das férias mensais a pagar;

1.2.69 conferir contracheques;

1.2.70 verificar junto à Diretoria Jurídica da FUNEAS ou circularizando junto à Justiça do Trabalho se existem demandas trabalhistas, bem como se todos os vínculos trabalhistas estão sendo reconhecidos;

1.2.71 verificar a entrega da GEFIP/SEFIP;

1.2.72 verificar na GEFIP/SEFIP se houve alguma remuneração indireta via prestação de serviços para dirigente da entidade ou pessoa estranha;

1.2.73 verificar se os procedimentos de admissão de pessoal e de contratação de serviços são impessoais e públicos, recomendando a adoção de boas práticas de governança corporativa; verificar se os salários pagos são previstos em lei;

1.2.74 verificar se os benefícios indiretos concedidos possuem embasamento legal (acordo ou dissídio) e se são compatíveis com o mercado;

1.2.75 verificar se os empregados e prestadores de serviço trabalham efetivamente na/para a entidade;

1.2.76 verificar prestação de contas aos atos de pessoal nos termos do TCEP;

CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE PARCERIAS, CREDENCIAMENTOS, ETC.

1.2.78 Analisar as licitações e os instrumentos jurídicos firmados com fornecedores, clientes, governo, médicos, etc, verificando se os termos pactuados estão dentro da realidade do mercado, se não está havendo nenhum favorecimento pessoal, se estão atendendo às finalidades da fundação e se os termos estão sendo cumpridos por ambas as partes, entre outros pontos.

IMUNIDADE / ISENÇÃO

1.2.79 verificar se a entidade possui isenção da quota patronal previdenciária:

1.2.80 verificar se a entidade obteve, junto ao INSS, isenção das contribuições previdenciárias;

1.2.81 verificar se a entidade se enquadra em situações de imunidades/isenção dos tributos, se ela se utiliza destes institutos e se atende aos dispositivos normativos correspondentes:

- CF/1988, art. 150, VI, "c";

- CF/1988, art.195, § 7º; Decreto nº 3.048, de 1999, art. 12, I;

- CTN, art.14;
- Lei Complementar nº104, de 2001;
- Lei nº9.532/97, art. 12;
- Lei nº 9.718/98, alterada pela MP nº 2.158-35 de 24/08/2001;
- Outras legislações correspondentes

ATIVIDADES REALIZADAS

1.2.82 analisar as atividades realizadas pela entidade em cada ano-base, entre 2014 a 2018 e no exercício corrente com a finalidade de antecipar e corrigir possíveis falhas que possam influenciar de forma negativa os demonstrativos contábeis / financeiros de 2019 tendo como finalização e emissão do relatório de auditoria, parecer e notas explicativas compreendendo aspectos qualitativos e quantitativos;

1.2.83 verificar se as atividades realizadas surtiram os resultados esperados/ devidos, do ponto de vista econômico e operacional;

1.2.84 verificar se há evidências da efetiva realização das atividades relatadas e dos resultados correspondentes;

1.2.85 analisar a adequação da aplicação de recursos nas diversas atividades em contrapartida aos efetivos resultados obtidos;

1.2.86 Analisar o número de atendimentos/internações nos Hospitais, entre 2014 a 2018, comparando custos e resultados entre todas as unidades auditadas.

PLANO DE TRABALHO

1.2.87 A periodicidade de entrega dos relatórios auditoria será bimestral e a qualquer momento a Contratante poderá solicitar relatórios de áreas específicas de Unidades que já tenham passado por auditoria ou ainda que estiverem em andamento.

1.2.88 A Contratada terá 10 (dez) dias, após assinatura do contrato, para apresentar cronograma de trabalho que poderá ser alterado pela Contratante.

FINALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

1.2.89 Após a realização dos exames, o relatório de auditoria será elaborado de forma conclusiva a respeito das contas, podendo abranger, além da situação contábil, econômica e financeira, aspectos administrativos e funcionais da FUNEAS e de seus Hospitais.

1.2.90 O relatório de auditoria concluirá, ainda, se a entidade emprega suas atividades, seu patrimônio e seus recursos estritamente nos fins para os quais foi instituída.

1.2.91 Caso entenda necessário, o auditor deverá recomendar a realização de avaliação técnica multidisciplinar correspondente às atividades da fundação;

1.2.92 A conclusão da Auditoria deverá ser enviada em 180 (cento e oitenta) dias, no formato de Apostila, à Diretoria Executiva da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS em três vias, podendo ser alterado o prazo em caso de justificativa plausível, e desde que Aprovado pela Diretoria Executiva.

1.2.91 Prazo de Execução: 180 dias

1.3 DO FORNECIMENTO

1.3.1 As atividades previstas neste termo de referência deverão ser realizadas em ambiente interno e externo a FUNEAS, em Curitiba/PR, conforme tabela abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná (sede)	Av. João Gualberto, 1881 – 17º andar - 80.030-001 - Curitiba - PR
Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier	Rua Quintino Bocaiuva, 329 - Cabral, Curitiba - PR, 80035-090
Hospital Regional Infantil Waldemar Monastier	R. xv de Novembro, 3701 - Bom Jesus, Campo Largo - PR, 83601-030
Hospital Regional Walter Pecoits (Sudoeste)	Rodovia Contorno Leste, 200 - Água Branca, Francisco Beltrão – PR
Hospital Regional do Norte Pioneiro	Rua Genor Juliano, 11 JARDIM MONTE VERDE, Santo Antônio da Platina - PR, 86430-000
Hospital Regional do Litoral	R. Pres. Getúlio Vargas, 222 - Estradinha, Paranaguá - PR, 83206-020
Hospital de Guaraqueçaba	Guaraqueçaba - PR, 83390-000
Hospital Regional de Telêmaco Borba	Av. Marechal Floriano Peixoto, s/n, Alto das Oliveiras - 84.266-010, PR
Escola de Saúde Pública do Paraná	R. Dr. Dante Romanó, 120 - Tarumã, Curitiba - PR, 82821-016
Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos	Av. São Roque, 716 - Jardim Santa Monica, Piraquara - PR, 83302-200

1.3.2 Prazo de Execução: 180 dias.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A **Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS**, considerando a aprovação do Conselho Curador para realização de Auditoria na reunião de 02/04/2019, onde ficaram demonstradas as dificuldades administrativas, financeiras e organizacionais e também dando andamento ao processo administrativo de nº 15.528.761-6.

O referido processo foi aberto para pela antiga diretoria da Fundação, que relatou diversos possíveis casos de irregularidades em todas as unidades sob gestão da FUNEAS.

Dessa forma, faz-se necessário a realização de uma auditoria para apurar tais fatos, visto que, se verdadeiros, podem estar causando grande prejuízo à Administração.

A contratação de auditoria externa independente é prevista no Contrato de Gestão/FUNEAS, visando o controle das atividades por ela desempenhada.

O objetivo do relatório é analisar a legalidade dos atos administrativos e avaliar os resultados alcançados, com fito de proporcionar razoável segurança quanto a posição financeira e patrimonial, do seu resultado do exercício e das mutações do seu patrimônio líquido.

Ainda, justifica-se a realização de uma auditoria e do recurso a ela empregado, o benefício que essa Fundação obterá, tendo como situações mais preocupantes à transparência e a credibilidade das demonstrações financeiras.

3 PESQUISA DE PREÇOS

Critério utilizado: **MEDIANA**.

Conforme artigo 9º, incisos III, do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, o critério adotado foi baseado na pesquisa de preços com os fornecedores, e de maneira a garantir a observância da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, e assim garantir o melhor interesse público, conforme artigo 3º da Lei 8.666/93.

4 PARCELAMENTO DO OBJETO

Lote único, não sendo viável o parcelamento em lotes, pois trata-se de prestação de serviços, e não de aquisição de bens de natureza divisível.

5 SUSTENTABILIDADE

Art. 49. Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

- I** - Que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II** - Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- III** - Que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV** - Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V** - Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI** - Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;
- VII** - Que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos; e
- VIII** - Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei Estadual nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

Art. 50. A Secretaria de Estado de Administração e da Previdência – SEAP disponibilizará um espaço específico no sítio Compras Paraná para realizar divulgação de listas dos bens e serviços contratados com base em requisitos de sustentabilidade ambiental pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual.

6 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Em virtude de o valor global ser superior a R\$ 80.000,00 reais, a presente Licitação NÃO precisa ser destinada exclusivamente a participação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP). Entretanto, nada impede que as ME/EPP participem da referida disputa.

Ainda, por se tratar de um único lote que não deverá ser fracionado, fica prejudicado a destinação da cota de 25% para as ME/EPP.

7 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como serviço(s) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o art. 45, da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratado:

8.1.1 Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do Contrato;

8.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.5 Relacionar os trabalhadores que executarão os serviços na sede do Contratante, além de provê-los conforme as exigências de segurança do trabalho, se for o caso;

8.1.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;

8.1.7 Instruir os trabalhadores que eventualmente executarem os serviços na sede do Contratante quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.1.8 Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.1.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.10 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.11 Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

8.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

8.1.13 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência, nos termos do artigo 21 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

8.1.14 Quando o projeto referir-se à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

8.1.15 submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste contrato;

8.1.16 entregar os serviços objeto deste contrato nos prazos previamente estabelecidos, sob pena do pagamento da multa;

8.1.17 atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que diz respeito à metodologia a ser adotada, matéria escolhida e às demais questões administrativas que forem suscitadas;

8.1.18 não se obrigar perante terceiros, dando o presente contrato como garantia ou compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras, sem prévia autorização expressa do CONTRATANTE;

8.1.19 deverá ser executada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas de Auditoria Independente das demonstrações contábeis instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade e padrões reconhecidos de auditoria;

8.1.20 analisar e emitir pareceres conclusivos sobre as contas dos períodos indicados pelo CONTRATANTE;

8.1.21 oferecer suporte técnico nas áreas contábil;

8.1.22 participar, quando convocado antecipadamente, das Reuniões Plenárias e de Diretoria, para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários;

8.1.23 examinar os contratos, processos licitatórios, folhas de pagamento e encargos sociais, transações efetuadas durante os exercícios apontados;

8.1.24 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta de serviço e demissão de empregados.

8.1.25 possui sede, filial ou representante no Estado do Paraná, capaz de prestar atendimento à contratante para eventuais adequações ou correções durante a execução do contrato.

8.1.26 Garantir ao Contratante:

a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratante.

8.2 São obrigações do Contratante:

8.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

8.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

8.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados, a quem caberá subsidiar o gestor para atesto das faturas apresentadas;

8.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

8.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

8.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

8.2.9 caberá disponibilizar todos os meios necessários para a realização dos serviços, bem com pagar, quando devidamente comprovadas, as futuras apresentadas pela CONTRATADA;

8.2.10 Permitir o acesso do CONTRATADO ao local determinado para prestação dos serviços objeto deste contrato, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades

9 FORMA DE PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação do serviço ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.4 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.5 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

9.6 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.7 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

9.8 A FUNEAS efetuará o pagamento devido, somente através de depósito em conta corrente da empresa vencedora do certame no Banco do Brasil, não sendo quitados débitos através de boletos bancários;